



Com ministro Edison Lobão e senadores Fernando Collor e Eliseu Resende ao centro, reunião da Comissão de Infraestrutura debateu o setor de mineração

Govto federal vai modernizar setor mineral, anuncia Lobão

Ministro de Minas e Energia diz que legislação atual é inaceitável para o interesse público e só serve às mineradoras. **5**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.200 – Brasília, sexta-feira, 26 de março de 2010

Senado apaga as luzes amanhã, na Hora do Planeta

Entre 20h30 e 21h30 de amanhã, o Senado se integra ao movimento Hora do Planeta, que reúne comunidades, governos e instituições e chama a atenção para o problema do aquecimento global. **2**



Comissão define relatores para os projetos do pré-sal

O que cada um vai analisar

Senadores que integram a CAE têm até o dia 30 para apresentar emendas aos projetos do governo

Projeto	Relator
PLC 16/10 regulamenta o sistema de partilha para a produção nos campos do pré-sal e redistribui os royalties entre estados e municípios	Waldemir Barreto Renan Calheiros (PMDB-AL)
PLC 309/09 autoriza a criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S. A. (Petro-Sal)	Geribaldi Viegela Gim Argelo (PTB-DF)
PLC 8/10 trata da capitalização da Petrobras	Moraita Matiz Delcídio Amaral (PT-MS)
PLC 7/10 cria o Fundo Social com recursos do petróleo	Geribaldi Viegela Garibaldi Alves (PMDB-RN)

Renan Calheiros dará parecer sobre a polêmica proposta de regime de partilha e divisão dos *royalties*

A Comissão de Assuntos Econômicos anunciou ontem os nomes dos senadores que vão dar pareceres sobre os quatro projetos do governo federal que criam regras para a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal. Além de Renan Calheiros, os senadores Gim Argello (criação da Petro-Sal), Delcídio Amaral (capitalização da Petrobras) e Garibaldi Alves (criação do Fundo Social) foram indicados relatores das propostas, que tramitam em regime de urgência constitucional. Esse é o primeiro passo para o exame das propostas. **6**

Collor se desculpa pelo bloqueio da poupança, 20 anos depois

Ex-presidente e hoje senador diz que agora não promoveria confisco. Fernando Collor defende

política macroeconômica que implantou e revela que escreveu livro sobre seu governo. **8**

Maior cuidado no transporte de carga perigosa

Senado envia à Câmara projeto de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que amplia os cuidados no transporte de cargas perigosas, aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura. **3**

Comissão debate hoje em São Paulo reforma do CPC

Juristas encarregados de elaborar anteprojeto realizarão na capital paulista audiência pública com a presença de magistrados e operadores do Direito. Relatório final deve ser votado no final de abril. **7**

Atualização do Código do Consumidor

Senadores e especialistas discutem que mudanças podem ser feitas para aperfeiçoar a lei, que completa 20 anos. Maior proteção em relação ao crediário, ao *telemarketing* e aos abusos das prestadoras de serviços públicos estão entre as sugestões. **4**



Senadores comemoram o Dia Internacional da Síndrome de Down

Exposição de fotografia e artes plásticas, exibições de capoeira e dança e discursos de senadores celebram data. **2**

Senadores Romeu Tuma e Rosalba Ciarlini, juntamente com Haroldo Tajra, participam da celebração

Exposição de artes plásticas e fotografias e exibição de capoeira e dança marcam ato realizado pelo Senado, no Salão Negro, com a presença de Rosalba, Suplicy e Tuma



Suplicy participa de exibição de capoeira durante solenidade em comemoração do dia 21 de março

Homenagem a portadores da síndrome de Down

COM A ABERTURA de uma exposição de fotografias e artes plásticas, exibições de capoeira e dança, além de pronunciamentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Romeu Tuma (PTB-SP), o Senado comemorou ontem, no Salão Negro do Congresso, o Dia Internacional da Síndrome de Down. Acompanharam a solenidade 40 crianças e jovens atendidos pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF) e pelo Instituto Meta Social.

Suplicy, que chegou a partici-

par da exibição de capoeira do Grupo Gingado, apresentou, em discurso às crianças e aos adolescentes, seu projeto que institui uma renda mínima para todos os brasileiros.

Rosalba Ciarlini, presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), disse que é preciso integrar cada vez mais as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, porque todos são igualmente importantes e úteis à sociedade.

Por sua vez, o senador Romeu Tuma elogiou o esforço do Senado para oferecer condições de trabalho e de circulação para

todos, por meio do Programa Senado Inclusivo, coordenado pela chefe do cerimonial da Presidência da Casa, Mônica Freitas, que organizou a solenidade.

Estarão em exposição até as 18h de hoje, no Salão Negro, sete quadros a óleo de Melina Pedroso, que é portadora de Down, e 12 fotos de Renata Podolsky.

O Dia Internacional da Síndrome de Down é celebrado em 21 de março, numa referência ao fato de pessoas com a síndrome possuírem, na sequência genética, três genes, em vez de dois, no par 21.



Ao lado de portadores da síndrome e convidados, Romeu Tuma e Rosalba Ciarlini assistem a exibição artística

Rádio apresenta especial sobre livro e leitura

A Rádio Senado apresenta hoje, às 18h, a reportagem especial "Livro – o caminho do conhecimento", sobre possíveis ações para aumentar o índice de leitura da população e facilitar o acesso a livros.

De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, o ato de ler tem significado positivo para 75% dos brasileiros, que, em sua maioria, associam a leitura a uma fonte de conhecimento.

Entretanto, o estudo mostrou que apenas 55% dos 5.012 entrevistados, em 311 municípios, leram pelos menos um livro nos últimos três meses.

Fazer o brasileiro ler mais é um sonho histórico de educadores e uma preocupação permanente do Senado.

Já o programa *Prosa e Verso* apresenta amanhã, às 9h (com reprise no domingo, às 16h), a adaptação radiofônica de uma das cenas do polêmico livro *A última tentação de Cristo*,

do escritor grego Nikos Kazantzakis. A partir de hoje, o programa já pode ser ouvido no portal da Rádio Senado, na internet.

Publicado em 1951, o livro foi proibido pela Igreja Católica por retratar a vida de Jesus como um homem casado e comum. Em 1955, a Igreja Ortodoxa grega excomungou Kazantzakis. Em 1998, a adaptação cinematográfica de Martin Scorsese tornou o romance mundialmente conhecido.

Senado participa da Hora do Planeta e apaga as luzes amanhã

O Senado participará da segunda edição do movimento Hora do Planeta, que busca chamar a atenção para o problema do aquecimento global. Amanhã, pessoas, empresas, comunidades, organizações, instituições e governos realizam ato simbólico de apagar as luzes pelo período de uma hora – das 20h30 às 21h30.

O termo de adesão foi assinado pelo presidente José Sarney e pelo diretor-geral, Haroldo Tajra. O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, também assinou o documento.

A organização não governamental WWF (World Wildlife Fund), que promove o movimento, informa que, em 2009, milhões de brasileiros apagaram as luzes por uma hora, em 28 de março. O Senado também aderiu à Hora do Planeta, que abrangeu, ao todo, 113 cidades do país, incluindo 13 capitais. Ficaram no escuro por 60 minutos o Cristo Redentor, o Congresso Nacional e o Teatro Amazonas, entre outros edifícios e monumentos. Neste ano, segundo a ONG, 15 capitais já aderiram à manifestação.

Hora do Planeta

Amanhã, entre 20h30 e 21h30, o Congresso participa do movimento, que vem crescendo no mundo, conforme gráfico abaixo



Imagem: Divulgação

Fonte: horadoplaneta.org.br

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas com discursos

9h O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa. Como não serão votados projetos, a reunião se destina principalmente a discursos de parlamentares. Entre eles, Marco Maciel (DEM-PE), João Vicente Claudino (PTB-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Após decisão terminativa na Comissão de Infraestrutura, o projeto de Garibaldi Alves Filho deverá ir diretamente ao exame dos deputados



Serys Slhessarenko reforçou a federalização das regras, a fim de evitar acidentes como o que levou ao vazamento de álcool combustível



Senado aprova mais rigor no transporte de carga

COM O OBJETIVO de ampliar os cuidados no transporte de cargas perigosas e evitar riscos à população, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa, projeto determinando que esse setor deve obedecer não apenas às normas estabelecidas na Lei 11.442/07, mas também às regulamentações dos órgãos responsáveis pela área.

Conforme explica o autor do projeto (PLS 448/09), senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), alguns operadores têm desconsiderado normas específicas para casos de cargas perigosas, definidas pelas agências nacionais de Transportes Terrestres (ANTT) e Aquaviários (Antaq). Eles argumentam que, desde a implantação da Lei 11.442/07, a prestação dos serviços estaria regulamentada por essa nova

legislação.

Com o projeto, Garibaldi quer impedir essa interpretação inadequada da legislação e "evitar negligência" com medidas de prevenção de acidentes e de mitigação de seus efeitos, previstas nas normas próprias para o transporte de produtos perigosos.

O projeto foi aprovado na CI sob a forma de substitutivo, apresentado pela relatora,

senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela incluiu no texto o número da lei que assegura à ANTT e à Antaq atribuições de regulamentar o transporte de mercadorias perigosas.

Serys também acolheu emenda do senador Adelmir Santana (DEM-DF) determinando como atribuição da ANTT, em articulação com o órgão ambiental, a implementação do Registro Nacional para os Transporta-

dores Rodoviários de Produtos Perigosos.

Ao federalizar a regulamentação do transporte de produtos perigosos, o projeto evita, segundo a relatora, a proliferação de regras estaduais que dispõem sobre a questão. Além disso, desburocratiza o transporte rodoviário de produtos perigosos, sem no entanto reduzir a vigilância e a segurança necessárias ao setor.

Defesa: comissão quer analisar impacto de cortes orçamentários

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem solicitar ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, informações sobre os efeitos dos anunciados cortes no Orçamento Geral da União para o andamento de programas estratégicos no setor de defesa.

Os senadores querem saber de que forma os cortes orçamentários afetarão a licitação para a compra de três navios-patrolha, o programa de construção do submarino nuclear e a montagem de um reator nuclear pela Marinha.

Da mesma forma, buscam informações sobre o desenvolvimento e a fabricação, pelo comando do Exército, de um veículo blindado sobre rodas, além da aquisição de mísseis anti-aéreos leves.

A comissão também quer saber como serão afetados os programas da Aeronáutica para aquisição de aviões de combate e de desenvolvimento do avião de transporte médio KC-390.

Autor do pedido, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que preside a comissão, disse ter visitado na semana passada a Embraer, em São José dos Campos (SP), e a Helibras, em Itajubá (MG), para conhecer os projetos de criação do KC-390 e de ampliação da produção de helicópteros no país.

Azeredo advertiu que importantes ações do

governo podem ser afetadas pelos cortes, como a aquisição de navios-patrolha, que considera indispensáveis para a proteção das novas reservas de petróleo do pré-sal, localizadas na plataforma submarina.

– Alguns dos projetos, como o KC-390, da Embraer, permitem ampla geração de empregos por meio da exportação – observou.

Para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), não podem ser considerados aceitáveis "cortes que atinjam programas estratégicos de defesa".

Saúde animal

Os senadores também aprovaram parecer favorável do senador Roberto Cavalcanti a um projeto de decreto legislativo (PDS 874/09) sobre acordo entre Brasil e Marrocos, na área de saúde animal, celebrado em 2008.

Segundo Cavalcanti, o acordo poderá viabilizar a exportação de carne bovina fresca e congelada brasileira ao Marrocos.



Eduardo Azeredo adverte que programas importantes na área podem ser atingidos



Senadores da comissão irão analisar nomes para embaixadas brasileiras somente após debate com ministro Celso Amorim

CRE volta a analisar indicações em três semanas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá retomar, dentro de três semanas, a votação de indicações de novos embaixadores brasileiros. O reinício das votações, como anunciou ontem o presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ocorrerá após audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, marcada para 6 de abril.

A audiência ocorrerá em uma terça-feira. No dia seguinte, a comissão promoverá seminário

sobre a "Revisão do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares", a pedido do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). E na quinta-feira, a CRE participará de audiência pública conjunta com quatro outras comissões, com a presença do secretário nacional de Direitos Humanos, ministro Paulo Vannuchi. Somente no dia 15, dessa forma, devem ser retomadas as votações de novos embaixadores.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PTB-SP) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB)

demonstraram preocupação com a interrupção das votações, determinada pelo presidente da comissão depois que seu partido, o PSDB, adotou uma postura crítica em relação à política externa brasileira. Azeredo decidiu retomar as votações somente após um debate com Celso Amorim.

– O que nos preocupa é a ideologização da política externa brasileira – disse Azeredo, ao informar que há 12 mensagens de indicação de novos embaixadores tramitando na CRE.

Suplicy lamenta a morte de historiador da USP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu em Plenário voto de pesar pela morte do historiador e pesquisador István Jancsó, professor titular do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP). Ele morreu na terça-feira, aos 71 anos, de

complicação renal.

Suplicy disse que Jancsó foi um dos mentores da Biblioteca Brasileira, projeto que inclui a construção de uma biblioteca na USP e a digitalização de aproximadamente 40 mil volumes que integravam a Biblioteca Guita e José Mindlin,

doado à universidade em 2006. Húngaro que veio para o Brasil ainda na infância, o historiador orientava três projetos de iniciação científica, três de mestrado, cinco de doutorado e ocupava o cargo de editor da revista eletrônica *Almanack Brasiliense*.

ROSALBA LEMBRA OS 60 ANOS DA TRIBUNA DO NORTE

No último dia 23 foram comemorados os 60 anos do jornal *Tribuna do Norte*, assinalou ontem a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A fundação do jornal resultou da tenacidade e do idealismo do jornalista e político Aluizio

Alves (1921-2006), disse ela. Seu talento, exibido desde a primeira infância, foi fundamental para publicações como *O estudante*, *A palavra* e a revista *Potiguarânia*, bases para a criação da *Tribuna do Norte*, em 1950, concluiu.

EDUARDO SUPLYCY HOMENAGEIA A ECONOMISTA MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou homenagem à economista Maria da Conceição Tavares, que completará, em 24 de abril, 80 anos de idade. Para ele, Maria da Conceição "é uma das economistas de maior influência sobre o pensamento econômico brasileiro, tendo sido professora de economistas que tiveram e têm grande influência na administração do país".

O senador lembrou que a economista, nascida em Portugal, mudou-se para o Brasil em 1953, pouco depois de se formar em Matemática na Universidade de Lisboa. Aqui, formou-se em Economia pela então Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Tornou-se professora da UFRJ e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi deputada federal de 1995 a 1999.



Jefferson Praia informa que expôs problemas de cidades amazônicas

Praia debate questão amazônica em fórum mundial

Jefferson Praia (PDT-AM) registrou sua participação no 5º Fórum Urbano Mundial, que ocorre até hoje no Rio de Janeiro e é promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ele disse ter participado de debate com parlamentares de todo o mundo, quando expôs problemas enfrentados por cidades da região amazônica.

O senador também apresentou voto de louvor pelos 25 anos da Fundação Rede Amazônica, entidade que oferece cursos técnicos de comunicação, informática, radiodifusão e gestão empresarial, entre outros. Ele apresentou ainda voto de aplauso aos 60 anos do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas.



Cidade natal de José Nery é polo da região do Baixo Tocantins

José Nery registra os 127 anos de Abaetetuba

José Nery (PSOL-PA) registrou ontem a passagem dos 127 anos de emancipação política do município paraense de Abaetetuba, sua terra natal. Com 350 mil habitantes, Abaetetuba é importante município da região do Baixo Tocantins.

A atividade econômica predominante na cidade, prosseguiu, é o comércio e a prestação de serviços. Já a atividade industrial vem crescendo nos últimos anos, especialmente nos setores alimentício e de beneficiamento de produtos agroflorestais.

– O município se destaca como o segundo maior produtor de açaí do Pará, o terceiro maior produtor de bacuri e de cupuaçu e como o maior produtor de manga do estado. É ainda o quinto maior polo pesqueiro do estado – disse.

MAIOR PROTEÇÃO AOS consumidores que usam o crediário e freio no abuso de empresas de *telemarketing*, que chegam a entrar em contato com o consumidor à noite na esperança de efetivar vendas, são duas medidas que devem ser inseridas na reforma do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Essas alterações foram defendidas ontem pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, no ciclo de debates destinado a avaliar os 20 anos de criação do código e propor sua atualização, organizado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Presidente da CMA, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse que muitos dispositivos do código precisam ser modernizados, a começar pela introdução de mecanismos de defesa do consumidor para diminuir as constantes reclamações contra prestadoras de serviços públicos (telefonia, energia, abastecimento de água) e os bancos, e que lotam os tribunais de pequenas causas.

Casagrande disse ainda que o ciclo de debates vai discutir as perspectivas da defesa do consumidor para os próximos 20 anos, procurando adequar o conceito aos tempos atuais. Ele mencionou a possibilidade de incluir nas



Ministro Herman Benjamin (acima, à esquerda), ao lado de Renato Casagrande; a coordenadora do Idec, Marilena Lazzarini; o senador Cícero Lucena e o presidente da Vivo, Roberto Lima, participaram da primeira parte do ciclo de debates

discussões regras relativas à sustentabilidade ambiental dos produtos.

Conto do juro zero

– Hoje em dia, lojas anunciam a venda de determinado produto, parcelado em

ao cliente por dano ou defeito de produtos que, notou, devem ser resolvidos de forma amigável entre as partes e não na Justiça.

O ciclo de debates sobre o Código de Defesa do Consumidor continua nos dias 8 e 15 de abril.

Cavalcanti culpa bancos e governo pelos juros

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) culpou o governo e o sistema bancário pelos elevados juros cobrados aos consumidores e disse que os candidatos à Presidência da República têm de opinar sobre o assunto. Lembrou que, segundo os economistas, 80% das variáveis que compõem a taxa de juros dos bancos "dependem única e exclusivamente do governo", que tem poder para reduzir itens como impostos e taxas de depósitos compulsórios.

Para o senador, os bancos que operam no Brasil não conseguem explicar por que têm um dos *spreads* mais altos do mundo – taxa de risco cobrada nos empréstimos aos consumidores. Segundo Cavalcanti, usar a inadimplência não é desculpa, pois a taxa brasileira, neste caso, é apenas a 16ª do mundo.



Cavalcanti: governo pode ajudar reduzindo taxas



Teia Digital está na 4ª edição, afirma Inácio Arruda

Inácio Arruda destaca evento em Fortaleza

Inácio Arruda (PCdoB-CE) informou que, de 25 a 31 de março, Fortaleza sediará a 4ª edição do projeto Teia Digital.

– A teia traz a ideia de ligação entre milhares de centros de cultura no Brasil. São pequenas atividades em larga quantidade que mostram a ótima qualidade da atividade cultural brasileira – ressaltou.

O senador destacou que o encontro será aberto com a coroação das rainhas dos 14 maracatus cearenses.

A Teia Digital é uma promoção do Ministério da Cultura em associação com secretarias estaduais e municipais de Cultura, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs). O evento conta também com a parceria do governo do Ceará e do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Claudino cobra votação da PEC da Juventude

João Vicente Claudino (PTB-PI) mencionou a importância de o Senado aprovar a Proposta de Emenda à Constituição 42/08, a chamada PEC da Juventude. A proposta insere a referência ao jovem no Título VIII do Capítulo VII da Constituição federal, permitindo estender a estes a proteção e os direitos já consagrados às crianças e aos adolescentes.

Segundo o senador, dentro do quadro global de desigualdade, demandam-se cada vez mais políticas públicas direcionadas aos jovens, e não há mais por que postergar análise da PEC no Plenário. Ele citou outras iniciativas legislativas ainda não aprovadas pela Câmara dos Deputados, como o PL 4.530/04, que cria o Plano Nacional de Juventude, e o PL 4.529/04, que cria o Estatuto da Juventude.



"Não há mais por que postergar análise", diz Claudino

Ministro de Minas e Energia afirma que legislação atual é "inaceitável", pois prejudica interesses públicos e não incentiva produtividade do setor



Cedraz, do DNPM: novo modelo estimulará a concorrência



Lobão (E, com Collor e Eliseu Resende) diz que projeto em estudo no Planalto prevê contratos de lavra de até 35 anos



Penna, do Ibram: defesa do equilíbrio entre os setores público e privado

Lobão anuncia ampla reforma para setor mineral

DAS 160 MIL áreas de mineração atualmente autorizadas, apenas 8 mil produzem regularmente, o que indica a necessidade de pôr ordem em um setor hoje desorganizado. A declaração foi feita ontem pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que explicou aos senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) as principais novidades do anteprojeto de lei que estabelece o marco regulatório da mineração brasileira, enviado como sugestão à Presidência da República.

– As atuais regras permitem artifícios jurídicos para manter títulos inoperantes, que, associados aos baixos custos de manutenção, resultam em extensas áreas de concessão totalmente improdutivas. Não posso aceitar isso – afirmou.

O atual Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67), segundo Lobão, "é leniente com os interesses públicos", embora o setor

mineral contribua de forma expressiva com o equilíbrio da balança comercial brasileira, gerando empregos e riquezas para o país, conforme frisou o ministro.

Entre as novidades do anteprojeto em análise no Palácio do Planalto, Lobão citou a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, órgão de assessoramento do presidente da República, e a criação de uma agência reguladora para o setor, em substituição ao atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Lobão também destacou a definição do prazo de cinco anos para realização de pesquisa, que poderá ser prorrogado uma única vez por até três anos, e a fixação de contratos de 35 anos para a exploração da lavra que, hoje, "têm caráter perpétuo".

O projeto cria ainda o instituto de autorização de lavra, mantém a exigência de pagamento

de taxa de ocupação, com a inclusão da progressividade, e determina que a mineradora deverá fazer investimentos mínimos, para, segundo explicou Lobão, inibir a especulação improdutiva com direitos minerários sobre áreas que não são privadas.

Outra medida em estudo prevê licitação para oferecimento de áreas a serem exploradas, a criação de áreas especiais para pesquisa e lavra e ainda sanções para o descumprimento do contrato, entre elas a perda do direito de exploração.

Contrato

O diretor-presidente do DNPM, Miguel Antônio Cedraz Nery, disse que o atual código traduz-se num "conjunto de dispositivos rígidos, burocráticos e detalhistas que não condiz com a ideia de legislação moderna necessária para um segmento que é extremamente

expressivo no Brasil".

Colaborador na redação do novo código em análise pelo Planalto, Miguel Antônio destacou que uma das principais mudanças na legislação é a substituição dos chamados títulos minerários, emitidos para a exploração de lavra por contratos de concessão com vigência de 35 anos, podendo ser prorrogados.

Para o presidente do DNPM, essa mudança, entre outras que estão sendo discutidas, permitirá maior aproveitamento das jazidas nacionais, contribuindo, também, para aumentar o nível de concorrência entre as empresas, estimulando, assim, o nível de competitividade no mercado.

– Esse modelo estimulará o setor e permitirá ao governo investir na cadeia produtiva, a ponto de a matéria mineral não poder ser exportada sem a necessária agregação de valor;

ou seja, não seja exportada como concentrada, mas como bem central e final – explicou Miguel Antônio.

Aprimoramentos

Já o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Vargas Penna, defendeu um amplo debate sobre a proposta de novo Código de Mineração antes que o texto seja encaminhado ao Congresso Nacional. Para ele, a discussão da matéria com os diferentes setores da sociedade é essencial para "reduzir a insegurança jurídica, o grau de instabilidade no setor e ainda preocupações ambientais".

Entre as várias sugestões feitas ao anteprojeto enviado à Presidência da República, Paulo Camillo defendeu a inclusão de dispositivos que garantam participação do setor produtivo e equilíbrio entre os setores público e privado.

Senadores defendem regras claras para exploração

Contratos de concessão a empresas autorizadas devem prever prazo para início de pesquisas de lavras e de exploração dos minérios. A medida, que deve constar do marco regulatório que está sendo proposto para o setor de mineração no Brasil, foi apoiada por senadores que participaram de audiência pública sobre o assunto, realizada ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que requereu a audiência, é importante a definição dos prazos, assim como das hipóteses de prorrogação das atividades de exploração, para evitar que empresas detentoras de concessão permaneçam improdutivas, prejudicando, assim, o desenvolvimento econômico do Brasil. Como exemplo, o senador citou a inexistência de exploração das grandes jazidas de potássio no Pará – minério importante para a agricultura –, o que obriga o Brasil a importar o produto.

O vice-presidente da comissão, senador Eliseu Resende (DEM-MG), disse que as empre-



Melhores condições para exploração mineral podem gerar empregos, diz Rosalba

sas devem explorar os recursos minerais da área autorizada enquanto não for esgotada a reserva, independentemente de limite temporal. Mas ele defendeu determinação de prazo para o início das pesquisas pela empresa, bem como a regulação e fiscalização do setor por parte do governo.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) observou que a criação de condições para maior exploração dos minérios brasileiros poderá gerar aumento de emprego e renda. Ela também defendeu a agregação de valor

ao minério para que o país se beneficie de forma mais intensa das riquezas do subsolo.

Na avaliação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a União precisa definir de forma clara as normas para o setor minerador, para evitar abusos na exploração dos recursos minerais. Suplicy afirmou que essas riquezas pertencem aos brasileiros e o resultado de sua exploração deve beneficiar a todos, de acordo com o propósito do presidente Lula de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil.

Falta consenso sobre colegiado para formular política da área

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reconheceu que o anteprojeto de marco regulatório para a mineração, enviado pelo Ministério de Minas e Energia à Presidência da República, apresenta avanços se comparado à legislação em vigor (Decreto-Lei 227/67). No entanto, o senador manifestou preocupação com a composição do Conselho Nacional de Política Mineral, previsto no anteprojeto, e considerou que o colegiado deve incluir representação do setor privado.

Já Eliseu Resende (DEM-MG) avaliou que o conselho tem como objetivo a formulação de políticas para a área e que a presença do setor privado poderia resultar em privilégio.

Royalties

Por sua vez, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o anteprojeto em análise no Poder Executivo não trata da questão dos royalties para o setor minerador. O tema, a seu ver, merece atenção, uma vez que a atividade mineradora gera danos ao



Flexa Ribeiro defende presença de representante do setor privado

meio ambiente de forma mais intensa do que os causados, por exemplo, pela exploração de petróleo em alto-mar.

Azeredo ressaltou que grandes empresas mineradoras já adotam providências necessárias para preservação ambiental. Mas essa preocupação, de acordo com o parlamentar, não é verificada em relação a algumas pequenas empresas de Minas Gerais, que deixam inúmeras crateras nas áreas exploradas.

Foram escolhidos os senadores que vão dar pareceres, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os quatro projetos enviados pelo governo

Renan, Gim, Delcídio e Garibaldi relatam pré-sal

GIM ARGELLO (PTB-DF), Renan Calheiros (PMDB-AL), Delcídio Amaral (PT-MS) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) serão os relatores, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), dos quatro projetos que tratam da exploração de petróleo na camada pré-sal. Os nomes foram anunciados ontem pelo presidente da comissão, o próprio Garibaldi Alves.

O mais polêmico de todos, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 16/10, que regulamenta o sistema de partilha para a produção nos campos do pré-sal e redistribui os royalties entre estados e municípios, será relatado pelo senador Renan Calheiros.

Gim Argello vai dar o parecer sobre o PLC 309/09, que autoriza a criação da Empresa Brasilei-



Renan Calheiros relatará o projeto que trata do regime de partilha

ra de Administração de Petróleo e Gás Natural S. A. (Petro-Sal). Delcídio Amaral ficou responsável pelo projeto que trata da capitalização da Petrobras (PLC 8/10) e Garibaldi com a criação



Gim Argello recebeu a tarefa de dar parecer sobre a criação da Petro-Sal

do Fundo Social com recursos do petróleo (PLC 7/10).

Uma vez definidos os relatores, os senadores da CAE têm agora até o dia 30 para apresentar emendas às propostas.



Delcídio Amaral vai analisar projeto do governo que capitaliza a Petrobras

Os projetos também serão examinados, além da CAE, por outras comissões: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI). O projeto que cria o Fundo Social



Garibaldi Alves fará relatório sobre Fundo Social com recursos do petróleo

passará pelo crivo de outras quatro comissões, além dessas três. Só após serem aprovados em todas as comissões, os projetos poderão ser votados em Plenário.

Duque: "Temos obrigação cívica de resolver impasse"

Paulo Duque (PMDB-RJ) clamou os senadores de todos os estados a buscarem uma "solução harmoniosa" para o impasse em torno da distribuição dos royalties do petróleo. Para ele, o Senado tem diante de si uma oportunidade histórica de mostrar seu valor ao não permitir que a disputa entre os estados transforme o país numa "republicueta".

– Está em nossas mãos. Temos a obrigação cívica de dar a esse fato a solução patriótica de que o Brasil precisa – afirmou.

A polêmica entre estados produtores e não produtores de petróleo começou com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto do governo que redefine os critérios para distribuição dos royalties



Senador apela por uma "solução harmoniosa" sobre royalties

e cria o regime de partilha para exploração do petróleo da região do pré-sal. Emenda apresentada pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) determina

a distribuição dos royalties a todos os entes federativos de forma vinculada ao que recebem pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), inclusive no caso de contratos já em vigor, firmados pelo regime de concessão.

– É preciso que não nos deixemos levar por questiúnculas separatistas – aconselhou.

Duque afirmou que no curso colegial, e até mesmo no de Direito, ouvia dizer que, apesar de ser um país maravilhoso, o Brasil, por azar, não possuía petróleo.

– Até que um dia, lá mesmo, no Rio de Janeiro, explodiu o petróleo. Hoje, vejo com alegria meu estado como o maior produtor do Brasil e um dos maiores do mundo – disse.

Neuto de Conto alerta para "maldição do petróleo"

Muitos países com grandes reservas de petróleo ficaram "extremamente dependentes" dos lucros provenientes desse mineral, não tendo se industrializado nem diversificado a economia, alertou ontem Neuto de Conto (PMDB-SC). Esse é o perigo, a "maldição do petróleo", disse ele, lembrando as "imensas demandas" brasileiras nas áreas de infraestrutura, combate à pobreza, saúde pública, ciência e tecnologia e segurança pública. A renda gerada pela exploração das novas reservas pode dar ao Brasil "o ingresso definitivo" no conjunto de nações de primeira classe, afirmou o senador. Nesse quadro, Neuto de Conto



Países com grandes reservas ficaram dependentes, diz Neuto de Conto

disse esperar que o Senado saiba encontrar o equilíbrio federativo.

Suplicy ressalta análise positiva sobre o PAC

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou ontem a avaliação positiva da secretária-executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Miriam Belchior, sobre os efeitos do programa para a redução dos impactos da crise financeira mundial na economia brasileira. Entrevista com Miriam Belchior foi publicada ontem pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Na entrevista, a secretária-executiva apresenta um balanço dos resultados alcançados pelo governo federal com a implementação do PAC. Suplicy

destacou a afirmação de Miriam Belchior de que, com o programa, o governo conseguiu manter as obras em andamento e os empregos nessas obras. "Isso foi fundamental para sustentar a nossa resistência à crise", diz a secretária em trecho da entrevista lido pelo senador.

Suplicy chamou a atenção ainda para respostas da secretária-executiva da Casa Civil sobre a expressiva elevação do volume de investimentos ocorrida no país nos últimos três anos, em especial na área de infraestrutura urbana, após o início da execução do PAC.



Suplicy: secretária-executiva diz que PAC ajudou país a resistir à crise

Inaugurado trecho da BR-319, assinala João Pedro

João Pedro (PT-AM) comemorou a inauguração, na quarta-feira, de um trecho de pouco mais de 200 quilômetros – entre Porto Velho e Humaitá (AM) – da BR-319, que liga a capital rondoniense à capital do Amazonas.

Na solenidade, disse, foi assinada a ordem de serviço para a construção de uma ponte sobre o rio Madeira, que também ligará os dois estados, e foi inaugurado o terminal hidrovial de passageiros de Humaitá.

Gurgacz celebra conclusão de obras em Rondônia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) celebrou a inauguração do terminal hidrovial de passageiros de Humaitá (AM), no rio Madeira, que também banha Porto Velho. Ele destacou ainda a inauguração do trecho da BR-319 ligando as duas cidades.

Gurgacz disse ter visto "o futuro chegar a uma região encravada no meio da Floresta Amazônica, de forma sustentada e consistente, reunindo respeito ao meio ambiente e à modernidade".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Eduardo Suplicy • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Acir Gurgacz defende incentivos maiores para quem não destrói floresta

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou ontem a severidade das regras ambientais do governo aplicadas aos produtores rurais da Amazônia e propôs que as autoridades federais adotem uma política séria para remunerar quem mantiver a floresta em pé.



Acir Gurgacz

Para ele, remunerar floresta em pé não pode ser o simples pagamento de uma pequena "bolsa-floresta", mas sim alguma coisa ao estilo dos chamados créditos de carbono, pelos quais as empresas que poluem compram créditos de quem preserva o meio ambiente. Ele sugeriu que o governo seja intermediário, no mercado internacional de créditos de carbono, de proprietários de terras preservadas da Amazônia.

– Ou estabelecemos uma forma clara, uma política de governo, para a remuneração da floresta em pé, ou então criamos meios de flexibilizar as regras ambientais para facilitar o trabalho, a produção sustentada na Amazônia – propôs.

Flexa Ribeiro celebra saída de Paragominas da lista de cidades que mais desmatam

O município de Paragominas foi retirado da lista das 43 cidades da Amazônia Legal campeãs de desmatamento. O anúncio em Plenário foi feito, "com grande satisfação", pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que parabenizou o povo da cidade e o atual prefeito, Adnan Demachki.

A retirada da cidade da lista dos municípios com alto índice de desmatamento foi anunciada na tarde de quarta-feira pelo Ministério do Meio Ambiente, na presença do prefeito e de outras lideranças do Pará.

O senador afirmou que Demachki, já em seu segundo mandato, deu continuidade à gestão de Sidney Rosas, que também governou o município por dois mandatos.

– Há quase 18 anos, Paragominas era conhecida no Pará como Paragobala, pois era local permanente de crimes, um verdadeiro faroeste. A sociedade resolveu, então, pela política, transformar o município – afirmou Flexa Ribeiro, para quem a cidade é hoje "modelo para todo o Brasil".

Augusto elogia Campanha da Fraternidade por apoiar economia solidária

O senador Augusto Botelho (PT-RR) exaltou em Plenário a Campanha da Fraternidade Ecumênica, cujo tema é Economia e Vida, e o lema, "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro". Augusto elogiou a campanha – lançada no dia 17 de



Augusto Botelho

fevereiro e organizada pelas Igrejas Cristãs do Brasil, pelo convite ao abandono do individualismo e pela busca do desenvolvimento sustentável, por meio de iniciativas de economia solidária.

O senador salientou que as ações de economia solidária valorizam mais o trabalho do que o capital e contribuem para o desenvolvimento das capacidades das pessoas, por meio da gestão coletiva das atividades econômicas e da partilha dos resultados. Da mesma forma, disse, o ser humano é tratado na sua integralidade como sujeito e fim da atividade econômica.

O senador informou que, no Norte e no Nordeste, 22 mil empreendimentos dessa natureza empregam atualmente cerca de 1,7 milhão de famílias.

Até o dia 27 de abril, quando deverão votar o relatório final, juristas que elaboram o anteprojeto realizarão outras três audiências: dia 9, em Manaus; dia 15, em Curitiba; e dia 16, em Porto Alegre

Comissão de reforma do CPC promove debate em São Paulo

A COMISSÃO DE Juristas instituída pelo Senado Federal para elaborar anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil promove hoje audiência pública, em São Paulo, com a participação de magistrados e operadores do direito. Até o dia 27 de abril, quando a comissão deverá votar o seu relatório final, que está a cargo da jurista Teresa Arruda Alvim Wambier, haverá ainda duas reuniões internas e outras três audiências públicas.

A audiência na capital paulista será realizada das 14h às 16h. Na oportunidade, haverá exposição do juiz Cláudio Pedrassi, responsável pela implantação do sistema eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O título da sua exposição é "Expansão do Fórum – de todo o sistema passar para virtual".

As outras audiências públicas estão previstas para o dia 9 de abril, em Manaus; dia 15, em Curitiba; e dia

16, em Porto Alegre.

Nas duas reuniões internas, na sede do Senado, serão abordados temas específicos do Código de Processo Civil. No próximo dia 30, a comissão debaterá Recursos, Disposições Técnicas e o início da Parte Geral. No encontro de 12 de abril, serão abordados os temas das reuniões anteriores. A comissão é presidida pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça.

Lúcia Vânia cobra ação vigorosa do governo no caso de Luziânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou ontem ação vigorosa e coordenada do governo federal nas investigações dos desaparecimentos de jovens em Luziânia (GO), município do entorno do Distrito Federal, para que uma resposta efetiva seja dada às mães que estão há meses sem notícias.

A senadora citou dados da Secretaria de Segurança de Goiás, publicados em reportagem no jornal *O Popular*, indicando que o número de desaparecidos no estado é altíssimo: dos 371 casos de 2009, 23 foram em Luziânia. Lúcia Vânia também lamentou a ausência do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, na audiência pública realizada na manhã de ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o tema. E informou ter apre-



Senadora pede que presidente da República se manifeste sobre os desaparecimentos

sentado requerimento pedindo a presença dele em nova audiência no Senado. A senadora pediu também que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se pronuncie e se solidarize com as famílias dos desaparecidos.

João Pedro denuncia ameaça a 400 famílias no Amazonas

João Pedro (PT-AM) denunciou ontem que 400 famílias de moradores ribeirinhos, ocupantes tradicionais de uma área de 39 mil hectares no município de Barreirinha (AM), estão sendo retiradas de suas terras por um grupo empresarial. De acordo com documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) enviado ao senador, há um movimento de resistência e as famílias estão sendo ameaçadas.

O senador informou ter encaminhado ofício relatando o problema ao governador do Amazonas, Eduardo Braga, e aos ministros da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a fim de que os responsáveis pelo programa Terra Legal possam verificar a situação dessas famílias. Para João Pedro, não pode haver dúvida sobre a propriedade e o domínio da terra.

Situações como a vivida pelas famílias de Barreirinha são recorrentes na região, afirmou o senador, porque muitas vezes as pessoas não conseguem ver, na vastidão da Amazônia, a ligação das terras com a posse imemorial dos povos indígenas e ribeirinhos.

– Não enxergam essa cultura muito particular da Amazônia. Famílias ribeirinhas vivem ali, naquilo que pode parecer um isolamento, mas que é o mundo da Amazônia. Famílias vivem nos lagos, nos rios, e estou falando que essa é uma situação no rio Andirá, um rio belíssimo de águas pretas, um rio histórico, conhecido ali no Baixo



Senador informa que já avisou autoridades estaduais e federais

Amazonas, terra dos povos indígenas, rio que faz parte da cultura do mundo mítico do povo sateré-maué. Mas os grandes projetos olham a Amazônia e não conseguem enxergar o imemorial.

O governo Lula, pelos ministérios da Igualdade Racial, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente, começou a enxergar essas populações, acrescentou João Pedro. Mesmo assim, segundo ele, ainda se ouve a máxima de que há um vazio na Amazônia.

João Pedro defendeu a solução do manejo florestal, mas advertiu que as famílias que vivem secularmente nessa região não podem ser deslocadas. São brasileiros, homens e mulheres, que não têm documento de identidade, nem CPF, porque o Estado ainda não chegou ali. É por isso, argumentou João Pedro, que o Brasil precisa corrigir essa distância entre a sociedade desenvolvida e as populações que ocupam "os beiradões dos rios amazônicos".

Tuma frisa trabalho investigativo do caso Isabella Nardoni

Romeu Tuma (PTB-SP) disse ontem em Plenário que está acompanhando com amargura as notícias sobre o julgamento do assassinato da menina Isabella Nardoni. Ele elogiou o trabalho de investigação feito pela polícia e pela promotoria para elucidar o crime. O senador disse ter ficado triste por não poder acompanhar *in loco* o julgamento, pois com isso poderia obter contribuições para o debate da reforma do Código de Processo Penal (CPP).

Tuma citou a descrição feita pela perícia policial de como entende ter sido cometido o homicídio da menina, inclusive utilizando uma maquete e uma animação digital que descreve passo a passo o que foi descoberto na cena do crime.

"É uma dor tão grande", afirmou Tuma, referindo-se à possibilidade de o pai ter participado do assassinato da própria filha, jogando-a pela janela, em benefício da madrasta – que antes poderia tê-la agredido e esganado.

A morte

– A descrição do legista mostra que a morte não foi propriamente resultado da esganadura e da queda. Foi uma soma de ferimentos recebidos. A mãe acompanhou a filha na ambulância e sentiu seu coração bater e ir parando aos poucos. Nós oramos a Deus para que esses fatos não se repitam nunca. A dignidade e o respeito das famílias têm que prevalecer de qualquer forma – afirmou o senador.



Romeu Tuma: presença no julgamento ajudaria no debate da reforma do CPP

ENTREVISTA ESPECIAL

Collor pede desculpas pelo confisco

Vinte anos depois de haver decretado o bloqueio da poupança, o ex-presidente e hoje senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) afirma que agora não tomaria aquela medida, mas defende com vigor a política macroeconômica que implantou. Collor atribui sua queda à ação dos grandes empresários.

// Peço desculpas, as mais sentidas e as mais humildes, aos brasileiros que passaram por constrangimentos, traumas, medos, incertezas e dramas pessoais com o bloqueio do dinheiro. Lamento que tenha acontecido. Hoje, não faria de novo." Assim o senador Fernando Collor (PTB-AL) fala hoje do empréstimo compulsório que deixou o equivalente a apenas 50 mil cruzados novos nas contas correntes, cadernetas de poupança e demais investimentos em 16 de março de 1990, dia posterior à posse do primeiro presidente eleito por voto direto depois de 20 anos.

– Mas a minha agenda macroeconômica prevalece até hoje, quebrou tabus como a abertura da economia, a Lei da Informática, as reservas de mercado, as privatizações, o não calote da dívida externa. Tudo isso era parte do plano de estabilização, mas hoje só falam no bloqueio do dinheiro – lamenta.

O hoje senador, que renunciou à Presidência em dezembro de 1992, na reta final do processo de *impeachment* que sofreu, garante que sua queda se deve ao grande empresariado, que não aceitou a perda de privilégios, de reservas de mercado e não absorveu a competição com produtos estrangeiros decorrente da abertura de mercado.

– Minha queda começou na Avenida Paulista, ainda em 1990, pouco tempo depois da posse – disse Collor, que tem pronto um livro em que conta detalhes de todo o período, conversas e conspirações, mas não sabe ainda quando será lançado. O ex-presidente Fernando Collor conversou com a Agência Senado e a Rádio Senado.

Em que momento da campanha o senhor começou a montar uma equipe, elaborar o Plano Brasil Novo, com uma inflação já de 84% ao mês?

FC – Desde a campanha, sabíamos que os problemas na economia que iríamos enfrentar eram de uma magnitude

nunca vista no Brasil do século passado. Por isso, pensamos em um plano que aproveitasse os erros e acertos do Plano Cruzado, para ter chances de êxito. Quando a candidatura começou a ganhar musculatura, iniciamos a preparação do programa de governo, que teve a coordenação da economista Zélia Cardoso de Mello.

O senhor já tinha ideia, durante a campanha, do que iria fazer depois de eleito?

FC – Sem dúvida. As contas públicas estavam absolutamente deterioradas, tudo estava indexado em uma ciranda realimentadora da inflação absurda, a dívida externa era insuportável, as reservas em moeda estrangeira estavam zeradas. Mas o pior de tudo era a inflação, que impedia qualquer planejamento, tanto de governo quanto da vida das pessoas comuns. (...) Era tabu,

era proibido no país falar em abertura da economia, no fim das reservas de mercado como o da informática. (...) Diziam que a dívida externa não deveria ser paga, porque era ilegítima, fora contra-

ída de forma irregular. Diziam que o Brasil deveria romper com o FMI. Tanto que o nosso programa, em entrevistas e debates, era o oposto dos outros candidatos. Nós já falávamos em estado menos pesado e mais eficiente, em abertura da economia. O único ponto em comum que todos tínhamos, e era um consenso na sociedade inteira, era a urgência de vencer a inflação. O resto eram falsos dilemas, que foram desmoralizados e não são levados mais a sério, o que demonstra que, há 20 anos, nossa visão estava correta. Infelizmente, não coube a mim estabilizar a economia, mas as bases, a semente do Plano Real, foram lançadas com a nossa agenda macroeconômica.

E como se chegou à ideia de bloquear o dinheiro, os ativos financeiros, e como o senhor recebeu a ideia?



JFreitas

Fernando Collor conta que escreveu um livro sobre seu período na Presidência da República, mas não sabe quando irá publicá-lo

contrário, em um dos debates eu disse que o meu adversário é que iria confiscar as poupanças, justamente para evitar que a pergunta me fosse feita. O fato é que, quando todos da minha equipe viram que as contas correntes e a poupança receberam enormes aportes, concluímos que não bastava bloquear os títulos, não seria suficiente. E posso garantir que todos os candidatos tinham a mesma intenção: o PT, o PMDB... Tanto é verdade que, dois dias depois, economistas e políticos do PT paulista, alguns ex-colegas da ministra Zélia na Universidade de São Paulo (USP), a procuraram e disseram: "Era este exatamente o programa que queríamos aplicar. Só que, no nosso caso, o governo cairia no dia seguinte". Então, todos trabalhavam com essa saída. A grande surpresa foi o volume dos ativos, ninguém esperava tanto. Mas nós precisávamos de um tempo para respirar e dar os passos seguintes, como renegociar a dívida externa, restabelecer a confiança dos credores internacionais, abalada com a moratória de 1987, reiniciar as linhas de crédito e acenar com o programa liberal, mas com preocupações sociais.

E como foi a reação do empresariado brasileiro com a abertura da economia?

FC – A minha queda começou na Avenida Paulista, com a insatisfação dos que perderam suas reservas de mercado, seus privilégios. Mas a indústria brasileira deu um grande salto de produtividade e qualidade depois da abertura da economia. Criamos as câmaras setoriais para analisar cada setor, o que poderia ser feito para lhes garantir competitividade, como enfrentar a competição internacional. Depois da abertura, nossos carros melhoraram, nossos computadores deram um salto de qualidade. (...) Hoje, temos celulares, computadores de última geração, ninguém mais pensa em reservas de mercado, ninguém mais tem medo de privatizações, a dívida externa está equacionada, e o início foi ali, no meu governo.

FC – Todo presidente aprende com o antecessor, tanto com os erros quanto com os acertos. No Plano Cruzado, vimos que o congelamento de preços foi feito em um momento de liquidez, não excessiva, mas real. E quem tinha dinheiro na ciranda financeira, no *overnight*, até mesmo quem vivia de salário, correu às compras, para aproveitar os preços congelados. Quem

preços. Mas não podíamos fazê-lo com todo aquele dinheiro disponível em bancos, em aplicações financeiras.

E aí veio a ideia do bloqueio do dinheiro...

FC – No início, pensamos apenas em bloquear por tempo determinado os títulos ao portador, os títulos da dívida pública, do Tesouro. Mas o mercado, essa

coisa intangível, sabe se defender muito bem. Quando então falamos em acabar a inflação com um tiro só, perceberam logo que vinha congelamento. E pensaram: vão congelar,

mas não podem incorrer no mesmo erro do Plano Cruzado. Então, o bloqueio do dinheiro será muito mais amplo. E todos começaram a migrar dos investimentos para as contas correntes e para caderneta de poupança, houve até enormes saques em dinheiro. E nós, às vésperas da posse, estávamos monitorando todo esse movimento.

Ainda na campanha, o senhor garantiu que a poupança seria preservada.

FC – Eu nunca afirmei isso. Ao

"Sabíamos que os problemas que iríamos enfrentar eram de uma magnitude nunca vista no Brasil"

"Todos os candidatos tinham a mesma intenção (de bloquear a poupança): o PT, o PMDB..."

Presidente assumiu com inflação anual de 1.782,9%

A eleição de 1989 era a primeira desde 1960. Fernando Collor de Mello, do nanico PRN, derrotou, em uma eleição solteira (só para a Presidência), 22 candidatos, inclusive o presidente do PMDB, deputado

Ulysses Guimarães, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e o líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

A inflação de janeiro a dezembro de 1989 foi de 1.782,9%, a economia estava indexada e os

salários eram reajustados mensalmente no índice da inflação (84% ao mês).

O Plano de Estabilização da Economia foi apresentado ao país em diversas medidas provisórias, mas o que causou co-

moção nacional foi o bloqueio de todos os ativos superiores a 50 mil cruzados novos, equivalentes na época a US\$ 1.300, algo próximo de R\$ 6 mil em moeda de hoje.

Ao todo, foram bloqueados

US\$ 100 bilhões, ou 30% do PIB nacional à época.

Hoje, muitos acadêmicos reconhecem que, sem o bloqueio dos ativos, o caminho teria sido o caos econômico em pouco tempo.